



Recebido em:  
11/07/2017  
Aprovado em:  
11/07/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM PERSPECTIVA INCLUSIVA NA DOCÊNCIA DE UMA PROFESSORA COM BAIXA VISÃO NO ENSINO SUPERIOR

CRISTINA DE ARAUJO RAMOS REIS  
MARIA LUIZA HEINE

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

### RESUMO

A escrita deste artigo partiu da investigação se existe uma relação entre uma professora ser baixa visão e não ser possível a prática docente no ensino superior. A problemática desse estudo partiu da inquietação em buscar saber se existe relação entre ser baixa visão e não ser possível exercer a prática docente no ensino superior. Para tanto, foram utilizados dentre as referências: Souza, E. (2007), Nóvoa (1995), Corsi (2001), Solér(2007), Siaulys (2006) e Lima Jr (2005). . O estudo foi realizado com uma professora que atua na universidade do Estado da Bahia na cidade de Paulo Afonso Bahia, a partir de memorial que contém reflexões sobre a experiência profissional nas estratégias de acessibilidade utilizadas no ensino, na pesquisa e na extensão. Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa autobiográfica, a partir de relato de experiência de uma professora com baixa visão no seu exercício docente no ensino superior. Como resultado, desenvolvo estratégias tanto de mim para os alunos como dos alunos para comigo, tendo os recursos materiais de acessibilidade e recursos humanos como aliados para exercer práticas pedagógicas e atender às demandas da docência.

**Palavras-chave:** Docência, praticas pedagógicas, acessibilidade.

### ABSTRACT

The writing of this article started from the investigation if there is a relation between a teacher being low vision and not being possible the teaching practice in higher education. The problematic of this study started from the uneasiness in seeking to know if there is a relation between being low vision and not being possible to exert teaching practice in higher education. For this, the following references were used: Souza, E. (2007), Nóvoa (1995), Corsi (2001), Solér (2007), Siaulys (2006) and Lima Jr (2005). . The study was carried out with a teacher who works at the University of the State of Bahia in the city of Paulo Afonso Bahia, from a memorial that contains reflections on professional experience in the accessibility strategies used in teaching, research and extension. For that, the method of autobiographical research was used, based on the experience report of a teacher with low vision in her teaching practice in higher education. As a result, I develop strategies both from myself to students and from students to me, having the material resources of accessibility and human resources as allies to practice pedagogical practices and to attend to the demands of the teaching.

**Key words:** Teaching, pedagogical practices, accessibility.

## Introdução

Durante muito tempo o paradigma da incapacidade rodeou as pessoas com deficiência, por predominar concepções não inclusivas, que levaram à segregação e, muitas vezes, à exclusão. As pessoas como baixa visão (PCBV), também passaram por esse cenário, pois a sociedade reconhece o que é extremamente visual, privilegiando a visualização como condição de conhecer, em um universo constituído por símbolos gráficos, imagens, letras e números.

Nesses termos, o nível de exigência visual no meio acadêmico é ainda maior, especialmente na atuação docente. Em se tratando da pessoa com baixa visão, este fato institui significados e sentidos. Um deles é que tal pessoa não obtém um desempenho satisfatório, pela sua condição visual que não favorece a efetivação da demanda de trabalho.

Dentre as barreiras sociais, a desconfiança sobre a qualidade de meu trabalho, especialmente quando se fala do exercício no ensino superior, ainda é presente. Diante disso, esta pesquisa se propôs a investigar o problema: **Existe relação entre uma professora ser baixa visão e não ser possível a prática docente no ensino superior** Sendo assim, o objetivo deste trabalho é discutir a relação entre a condição de ser uma professora com baixa visão e o seu exercício docente no ensino superior.

## A condição de ser baixa visão

O trabalho conjunto realizado entre a Academia Americana de Oftalmologia e o Conselho Internacional de Oftalmologia, produziu extensas definições, conceitos e comentários entre cegueira e baixa visão(BV), transcritos no Relatório Oficial do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira em 1980. Na oportunidade, foi introduzido ao lado da palavra “cegueira”, o termo “baixa visão”. Corsi (2001) comenta a definição para baixa visão, pelo Organização Mundial da Saúde - OMS incluindo a pessoa que:

possui um comprometimento de seu funcionamento visual, mesmo após tratamento e/ou correção refracional com lentes comuns; b) Possui uma acuidade visual entre 20/70 (0,3) e a percepção da luz, ou campo visual inferior a 10º a partir do ponto de fixação; c) Utiliza ou está potencialmente capacitado a empregar sua visão remanescente para o planejamento e execução de tarefas determinadas (OMS,1994)

Ainda considerando os dados publicados pela OMS (1994), outros comprometimentos de funcionamento visual, decorrentes de parâmetros clínicos tais como: percepção de cores, baixa sensibilidade aos contrastes ou falta de adequação à luz e ao escuro, motilidade ocular, fusão e percepção visual ser incluído, pois são igualmente incapacitantes.

Segundo o Artigo 5º, alínea C, do Decreto Federal nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, a baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica. Considera-se também baixa visão quando a medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus ou ainda quando ocorrer simultaneamente quaisquer das condições anteriores.

Existem também os conceitos de baixa visão a partir de uma abordagem educacional, pois pessoas com mesma acuidade visual apresentam níveis diferentes de desempenho visual. A pessoa com baixa visão, segundo Corn (1983) citado por Bruno (2009), é visualmente deficiente, mesmo após a melhor correção óptica possível.

Entretanto, pode melhorar seu funcionamento visual com o uso de recursos ópticos especiais, não ópticos e modificações no ambiente. Para tanto, recomenda-se uma avaliação clínico-funcional realizada pelo oftalmologista e pedagogo especializado com o objetivo de identificar as necessidades específicas e educacionais especiais para uma intervenção pedagógica adequada.

Brasil (2005, p.16) destaca que as pessoas com baixa visão são aquelas que apresentam

“desde a condição de indicar a projeção da luz até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desenvolvimento”. Seu processo educativo se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, ainda que com a

utilização de recursos específicos.

Desta forma, mesmo existindo um padrão na definição clínica da baixa visão, baseada da medida do campo visual e da acuidade visual, nota-se que a condição de ser uma PCBV apresenta um funcionamento visual variado, o que só é observado na avaliação funcional ou educacional da visão. Em consequência, as adequações de que necessitam são específicas para cada PCBV, pois cada uma possui um desempenho visual diferente, devido às estratégias cognitivas e ao contexto social em que elas vivem.

### **A tecnologia para a efetivação da inclusão educacional da PCBV**

O conceito de tecnologia trazido nesse estudo está em consonância com enfoque que a ciência moderna lhe conferiu, referenciado por Arnaud Lima JR, (LIMA JR, 2005, p. 15), que tem uma perspectiva de tecnologia enquanto uma gênese histórica e como um ato “inerente ao ser humano”.

A tecnologia para esse autor ocorre dentro de um complexo humano, de coisas, de instituições, da sociedade, não se restringindo aos “suportes materiais nem tão pouco aos métodos (formas) ou à reprodução de modos de fazer (saber fazer). Mas, ao contrário, a tecnologia é:

um processo criativo através do qual o ser humano utiliza-se de recursos materiais e imateriais, ou os cria a partir do que está disponível na natureza e no seu contexto vivencial, a fim de encontrar respostas para os problemas de seu contexto, superando-os (LIMA JR, 2005, p. 15).

Nesse processo, segundo Arnaud (2017), também ocorre a “transformação de si mesmo, descobre formas de atuação e produz conhecimento sobre essas formas, inventa meios e produz conhecimento sobre tal processo, no qual está implicado” (LIMA JR, 2005, p. 15). O autor também distingue os conceitos de **técnica** e de tecnologia com relação à criatividade e à transformação: “técnica tem a ver com arte, criação, intervenção humana e com transformação” tem a ver com as formas instituídas para os usos relativos dos diferentes instrumentos criados neste processo. Já “Tecnologia, em decorrência, refere-se a esse processo produtivo, criativo e transformativo”.

Nessa perspectiva, a pessoa com baixa visão é a tecnologia, e ao realizar o ato criativo com seus recursos materiais ópticos, não ópticos e de informática, busca encontrar respostas para os problemas impostos por causa da deficiência, a fim de transformar a sua realidade, superando-os. Os recursos ópticos são uma das principais recursos materiais que facilita o processo de inclusão educacional da pessoa com baixa visão. De acordo com Brasil (2006), a capacidade de funcionamento e o desenvolvimento da eficiência visual dependem, fundamentalmente, da experiência visual. É neste ponto que reside a importância dos recursos ópticos, pois eles possibilitam a oportunidade da pessoa enfocar, olhar e interpretar imagens visuais, desencadeando mecanismos ativadores das funções cerebrais. Sendo assim, muitas pessoas com baixa visão poderão se beneficiar da ajuda de recursos ópticos específicos, para perto ou longe, como forma de facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Corsi (2001), embora os auxílios ópticos possam assegurar maior conforto visual e proporcionem aumento da imagem, não resolvem totalmente o problema das pessoas com deficiência visual, devolvendo-lhe a visão. Estes podem ser indicados para visão à distância e para perto.

Para distância, em geral, são usados os telessistemas (sistemas telescópicos, teléupas e lunetas, estas com baixo poder de magnificação). Geralmente estes auxílios começam a ser indicados para a criança em idade escolar, devido ao aumento da exigência visual. Já para perto, são indicadas lupas manuais, fixas, de mesa, horizontais e iluminadas ou óculos, que, segundo Corsi (2001), não visam à correção do vício de refração, mas a magnificação da imagem. Estes ainda possuem distância fixa do trabalho, de acordo com o poder dióptrico da lente. Este autor destaca que para a pessoa aceitar os recursos e ter disponibilidade para aprender é necessário, antes de tudo, a sua conscientização sobre os benefícios que terá com o auxílio óptico.

Desta forma, como os recursos ópticos específicos levam uma melhor resolução da imagem suas propriedades ópticas de ampliação, melhoram o acesso visual às informações. Assim, as pessoas com baixa visão poderão se beneficiar da ajuda desses recursos, tanto para perto como para longe, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente a efetivação da sua inclusão educacional.

Além dos recursos ópticos, outros recursos materiais podem ser utilizados para possibilitar a realização das atividades educacionais da PCBV são os recursos não ópticos. Como destaca Carvalho (2002), os recursos não ópticos são modificações das condições ambientais, os quais, quando orientados por professores especializados contribuem extremamente com a execução de tarefas educacionais, garantindo maior conforto visual e minimizando as dificuldades.

Segundo Soléret al. (2007), entre os principais recursos não ópticos, destacam-se: ampliação de caracteres e de imagens por meio da aproximação física ou do aumento real do objeto, controle de iluminação, controle de contraste, auxílios para postura e posicionamento, auxílios para escrita e auxílios eletrônicos. Para Corsi (2001), a possibilidade de usar diferentes intensidades de luz, contrastes, contornos e sombras também promove o refinamento das funções ópticas e perceptivas e pode ser realizada através da exploração de ambientes externos e internos. Esses tipos de adequações do ambiente precisam ser realizados de acordo com a necessidade das pessoas com baixa visão. As adequações como: diminuir o reflexo, evitando o ofuscamento e o cansaço visual; aumentar o contraste; ajustar a iluminação, observando a qualidade e a quantidade da luz, contribui para criar um ambiente visualmente mais confortável.

Segundo o conteúdo expresso no documento Brasil (2006), alguns materiais podem servir de recursos de apoio, no auxílio às pessoas com baixa visão em suas atividades escolares, como os livros gravados ou falados. Estes recursos materiais, que viabilizaram o acesso ao conteúdo de livros impressos em tinta e gravados podem ser produzidos tanto na própria escola como fora dela .

Atualmente contamos também com o auxílio de recursos de informática para os processos de leitura, escrita e adequação do material pedagógico, que, de acordo com Corsi (2001), contribuem enormemente destaca como os mais importantes às máquinas copiadoras, os microcomputadores e os "scanner". Existem também sistemas de magnificação de imagem por vídeo. O mais conhecido é o CCTV (Closed Circuit Television).

O uso dos computadores como auxílio da pessoa com baixa visão é a utilização de programas leitores de tela (softwares de retorno audível). Além de evitar o cansaço visual pelo uso prolongado do computador a pessoa pode ouvir textos. Nestes mesmos softwares, a medida que o usuário vai escrevendo, o computador vai vocalizando, dando assim melhor possibilidade de interação da pessoas com a escrita. Siaulys (2006) indica os seguintes softwares para pessoas com deficiência visual: NVDA, Dosvox, Jaws, DSpeech.

Assim, é importante valorizar não somente os recursos materiais ópticos, mas também os não-ópticos e de informática, bem como o modo o ato criativo (Tecnologia) a partir desses recursos, ou seja a técnica, no contexto experiencial. Assim, as pessoas com baixa visão encontram oportunidade de equiparação de oportunidade para a execução das atividades educacionais da pessoa com baixa visão, garantindo o processo da inclusão educacional em qualquer nível ou modalidade de ensino que a pessoa com baixa visão esteja inserido.

### **Os estudos sobre a docência e o profissional com deficiência**

O olho mata o sonho, o olhar instaura esse sonho.

No olho se nada, no olhar se mergulha.

O olho é o mesmo, o olhar são vários.

(LIMA, 2008).

Ao refletir sobre as pessoas com deficiência, especialmente as que possuem deficiência visual, buscando se profissionalizar, percebe-se os diversos entraves enfrentados por ela, mais ainda quando as PCD buscam atuar nos diversos campos de trabalho. Essa circunstância, leva a refletir a epígrafe que o Lima (2008) traz em seu texto "Olhares e olhares", chamando à atenção para: "O olho é o mesmo, o olhar são vários", ou seja, nos múltiplos olhares negativos que a pessoa com deficiência enfrenta devido à sua condição humana, refletindo em estigmas e discriminação. Isso porque os olhos humanos ainda estão com as lentes embaçadas perante as PCD precisando

mergulhar então nos diferentes olhares, sobretudo, no que diz respeito à formação e atuação de profissionais com deficiência visual que galgam carreiras universitárias.

Assim, o olho não pode matar o sonho, pois maior é o olhar que instaura o mesmo. O olho foi sempre sobreposto ao olhar e, por isso, matando muitos sonhos que a pessoa com deficiência visual deslumbrava como o de trabalhar. Uma prova disso foi a luta política das PCD que gerou a criação da Lei 8.213/91 de cota dos 5% de pessoas com deficiência contratadas, que as empresas precisam cumprir; bem como a mais recentemente Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) que em seu capítulo VI é direcionado para o Direito ao Trabalho. No seu Art. 34. Afirma que “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Outro exemplo de ser negado o sonho do trabalho, mais especificamente a docência no ensino superior, da pessoa com deficiência, foi o de uma professora com baixa visão na Bahia cujo relato consta em uma carta feita por Reis (2015, p. 91-98) como forma de protesto no momento que foi barrada de tomar posse na seleção pública de professora visitante na UNEB em 2008. Ou seja, a pessoa com deficiência visual pode e deve sonhar com justamente uma profissão de exigência visual como a docência em um nível de ensino tão competitivo e complexo como o superior, ajudando à universidade efetivar a cultura de respeitar o instituído legalmente e os sujeitos com alguma diferença, que foge dos padrões impostos pela sociedade. Enquanto isso, as PCD estão inseridas na previsão de terem que se submeter aos processos de lutas, reivindicações, descasos, enfim, de fazer cumprir os direitos assegurados e amparados nas políticas públicas.

O profissional docente no ensino superior pode atuar em Tempo integral - docente contratado com 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. Tempo parcial - docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. Horista - docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho acima definidos (BRASIL, 2014).

Dessa maneira, o regime de trabalho do docente na Instituição de Ensino Superior - IES é relativo, mas a atuação docente desses professores não pode ser restrita apenas a conteúdos de sala de aula, tendendo a fortalecer nos estudantes a indiferença, a despolitização, o consumismo, dentre outros valores fomentados na sociedade. Um profissional docente que possibilite ao seu aluno um tipo de formação que provoque a autorreflexão, necessária para contrapor os discursos midiáticos produzidos e fomentados pela cultura de massa. Um caminho promissor para essa análise crítica é a pesquisa e a extensão, que são inerentes à docência do professor universitário.

Nesse sentido, a presença e a participação também de professores com deficiência no Ensino Superior pode oportunizar mudanças na rota da formação universitária, por provocar o encontro com a diversidade humana representada por quem vive a condição de deficiência. Além disso, a pessoa com deficiência ao se relacionar ou encontrar exemplos de pessoas na sua mesma condição ativa, produtiva no trabalho, na vida social, serve de inspiração para projeção de espelho futuro. Isso porque tais convívios e modelos modificam positivamente as suas vidas, no sentido de também fazerem projeção em nível superior e profissionalmente. Tais transformações acontecem porque a PCD quando encontra seus pares ocorre a semelhança de Platão, pois os mesmos exercem um “papel ativo, propositivo e interativo” (GOHN, 2009, p.17).

Assim, a comunidade acadêmica, portanto, será pressionada, diante desse encontro, a pensar a equidade na atuação, no relacionamento e no uso de tecnologias dentro da universidade, mais precisamente em termos de assegurar a acessibilidade em outras dimensões como a da docência.

Mesmo a carreira docente sendo uma profissão antiga, os estudos sobre essa carreira se deu “a partir de um dado momento, que desencadeou a partir da década de 1980, houve um crescimento de estudos sobre o professor” (NÓVOA, 1992). No entanto, essas produções se apresentam de forma desconfigurada e heterogênea e foram alvo de muitas críticas. Mesmo assim, houve o ganho de “recolocar o professor no centro dos debates educativos e das problemáticas da investigação” (NÓVOA, 1995, p.15). Se o cenário dos estudos em torno do exercício docente se

apresenta de maneira desordenada, imagina-se quando busca-se os estudos sobre essa carreira com o profissional com deficiência visual. Imagina-se também qual a visão que se tem de um professor com deficiência visual e que atua no ensino superior. Um ser professor que está para além da visão clássica, que segundo GONÇALVES (1992, p.147), desenvolve-se por referência a duas dimensões. A *dimensão individual* que está centrada na natureza do seu eu; e a *dimensão grupal ou coletiva*, que é construída no seu campo de atuação, influenciando e determinando a sua individualidade profissional, ou seja, um profissional, na sua relação de ser e estar no mundo. Um profissional que em sua atuação contemple o saber-fazer e o saber-ser do professor consciente de seu papel social e que pense as relações de diferença e diversidade que estão presentes nesse processo um professor que responda a questões que dizem respeito à carreira docente como:

Que imagem as pessoas têm de si, como professores, em situações de sala de aula, em momentos diferentes da sua carreira Terão a percepção de que modificam os seus processos de animação, a sua relação com os alunos, a organização das aulas, as suas prioridades, o domínio da matéria que ensinam Quais são os acontecimentos da vida privada que repercutem no trabalho escolar E com que efeito (HUBERMAN, 1992, p. 35-36).

Ou seja, um contexto universitário que favoreça experiências formativas de todos os sujeitos presentes na universidade, possibilitando aos mesmos, trocas de experiências e de suas subjetividades, a fim de suscitar a indignação e estimular a autonomia intelectual. Nesse sentido, Resende (2010, p.161) sugere:

No meio universitário, deveríamos aproveitar os espaços onde ainda é possível ser livre e promover experiências formativas que mantivessem uma posição de indignação, de rebeldia e de não-conformismo ante as situações que cegam a consciência e oprimem os indivíduos (professores, alunos e funcionários). Isso já seria um princípio de resistência, pois não é possível uma formação cultural em uma sociedade ou instituição que desumaniza os homens (RESENDE).

Nesta dimensão, ao estudar o exercício docente, em especial as práticas pedagógicas inovadoras de professores com deficiência visual, é importante estar atento ao desenvolvimento profissional dos professores de uma forma ampla. Ou seja, abrir os olhares de uma carreira que pode ser deslumbrada por diversas condições humanas, inclusive pelas pessoas com deficiência. No entanto, esse desejo ainda não é bem acolhido, pois se precisa também de mecanismos legais como cotas e lei específica para a pessoa com deficiência, sejam garantidos nos seus direitos de exercício pleno nos trabalhos, em especial em funções de exigências intelectuais como a docência no ensino superior. Do mesmo modo os estudos sobre a profissão e formação docente é recente, principalmente no que tange as práticas pedagógicas inovadoras e atuação de profissionais no ensino superior exercida pelas pessoas com deficiência.

### **Caminhos metodológicos: relato de experiência da atuação docente de uma professora com baixa visão no ensino superior**

Esse estudo teve uma abordagem qualitativa, pois de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2006) este enfoque está baseado em métodos de coleta de dados sem medição numérica com a descrição e a observação. André (2006) complementa dizendo que termo também estaria reservado “para designar o tipo de dado obtido”, que neste caso específico foram dados descritivos, de caráter subjetivo.

Assim, esse trabalho centrou-se nos aspectos relevantes da atuação de uma docente com baixa visão, e o uso de acessibilidade nas práticas de ensino pesquisa e extensão no ensino superior, em uma universidade estadual da Bahia.

Para tanto busquei o método (auto) biográfico. Abrahão (2004, p. 203), destaca que essas pesquisas “são constituídas por narrativas em que se desvelam trajetórias de vida. Esse processo de construção tem na narrativa a qualidade de possibilitar a auto-compreensão, o conhecimento de si, àquele que narra sua trajetória”.

Esse método não é apenas uma técnica de coleta de dados ou informações, muito menos consiste numa teoria ou ciência isolada. As narrativas têm uma grande importância para a formação dos professores, como chamam atenção Josso (2004) e Souza (2007), pois possibilitam que os mesmos realizem reflexões sobre sua formação ou prática docente. Ao narrar, de acordo com Albuquerque Junior (2007), o pesquisado tem a oportunidade de refletir sobre sua trajetória, escolhas do passado, a partir do presente, numa perspectiva autobiográfica. Isso acontece quando esses professores teorizam sobre o que parecia comum aos seus olhares durante o cotidiano. A partir daí surge um olhar crítico e reflexivo que pode trazer respostas e elucidações sobre o seu fazer pedagógico.

Nesta perspectiva, as narrativas das histórias de vida ou autobiografias têm um caráter de “(re) encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (NÓVOA, 1995, p.25). Assim, foi exposto nesse artigo aspectos importante sobre a profissionalização de uma professora com baixa visão e suas práticas de acessibilidade utilizadas na docência no ensino superior. Desse modo, esse estudo foi realizado com uma professora que atua na universidade do Estado da Bahia na cidade de Paulo Afonso Bahia.

### **Os relatos de uma professora com baixa visão em relação a experiência de ensino no curso de pedagogia em uma universidade estadual da Bahia**

Minha trajetória educacional iniciou em 1982, aos quatro anos de idade, numa Escola pública de Itamira, distrito de Aporá-BA; iniciei minha jornada educacional, e desde lá nunca mais fiquei um momento fora da educação, pois quando não estava estudando, estava ministrando aulas. Aos cinco anos de idade, fui morar em Inhambupe - Bahia. Lá cursei minha Educação Infantil, fundamental e o primeiro ano de magistério.

Embora possa parecer trágico esse evento aos 16 anos de idade, na época, eu não tinha a noção que a perda tivesse esta dimensão. Acredito que a felicidade de recuperar parte da visão não tenha me sinalizado o que perdi. Talvez, por conta desses fatores, não me deixei abalar e segui em frente. De qualquer modo, este foi o marco inicial de uma história muito feliz.

Ao chegar em Salvador, por falta de opções e de vagas, tive que reiniciar o 1º ano, no ensino médio técnico em Administração (ADM), em uma escola pública, adiando o meu sonho de cursar o magistério. Mesmo com essas dificuldades, eu ainda sentia falta do magistério. Para preencher um espaço vago, ministrava aulas de reorientação da aprendizagem, no turno oposto ao da escola, para crianças que estudavam de 1ª a 4ª ano, no edifício em que eu residia.

No início de 1999, comecei a cursar Pedagogia, o que para mim foi maravilhoso. E, pelo fato do curso ser uma habilitação em Magistério para Deficientes Mentais foi mais gratificante ainda, pois eu sempre tive o sonho de trabalhar para as pessoas com deficiência. Como forma de custear os meus estudos e ter uma maior vivência com a educação, desde o primeiro ano do curso até o último, fiz estágios extracurriculares na área, tais como:

De fevereiro de 2000 a dezembro de 2002, fui estagiária na Divisão de Atendimento à Comunidade do Campus Luiz de Queiroz/USP, em um projeto de Educação de Jovens e Adultos, que tinha como participantes os funcionários do Campusem Piracicaba. Nesse espaço, tive a oportunidade de atuar, pela primeira vez, em uma Instituição de ensino formal. Essa experiência me fez descobrir que eu estava no caminho certo, o da Educação e da formação docente. No mesmo período, também pude fazer Estágio em Educação Infantil no Centro de Convivência Infantil. Além disso, fui aluna de Iniciação Científica no grupo de Estudo sobre História de Educação Brasileira, na mesma.

### **Percursos para formação e o exercício docente**

A minha primeira experiência em Educação Superior foi em 2007, como professora das disciplinas em uma faculdade particular. Durante essa vivência, não tive grandes obstáculos à minha atuação docente na instituição como um todo, talvez porque eu era horista e frequentava apenas uma noite por semana para ministrar essa disciplina. Como minhas atividades se restringiam ao ensino, tal atuação não demandava dos colegas e da instituição uma interação mais intensa comigo, que viesse revelar minhas necessidades de acessibilidade. Esta experiência foi determinante em minha decisão de atuar no ensino superior. Contudo, a área em que eu desejava atuar ainda não era contemplada

pois não era educação especial.

Ainda com relação a minha formação, somente no início de 2007, iniciei Pós-graduação *Latu Sensu*, finalmente, em Educação Especial, a qual concluí em 2008, mas sem certificação.

Outra atuação na modalidade de educação especial ocorreu com o resultado de um concurso público no município Barreiras em 2008; comecei também o trabalho como Professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Coordenadora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) de um Colégio Municipal, em razão do qual precisei abdicar do trabalho em Angical. Nesse trabalho pude experienciar o conhecimento adquirido em educação especial em favor dos alunos com deficiência, seja na orientação dos professores do ensino comum, seja no AEE oferecido na (SRM) do Colégio. Para desenvolver melhor meu trabalho no AEE, participei de um curso de formação continuada e de especialização em Educação Especial. Em julho de 2008, iniciei também o Mestrado em Ciências da Educação na Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC) de Assunção-Paraguai, no qual fiz defesa da dissertação.

Assim, para dar suporte a esses estudos, sempre tive como grandes aliados os meus óculos, que me proporcionam mais conforto. Além disso, pude me beneficiar dos recursos tecnológicos inicialmente os leitores de textos, digitalizadores de textos (*scanners*) e mais tarde por volta de 2008, conversores de textos em áudio. Em 2016 foram agregados a estes recursos o gravador de voz do celular e o profissional leitor. Dessa forma, a ampliação de materiais impressos, os recursos ópticos, a informática tornou-se inicialmente grande aliada no desenvolvimento das minhas atividades, mas atualmente, o recurso humano tem agregado no processo de acessibilidade para minha formação e exercício docente.

Assim, a minha trajetória pelos caminhos da educação básica e na modalidade de educação especial, bem como os trabalhos de formação de professores e a minha formação acadêmica sempre trazendo o eixo da Educação Especial, com princípio da inclusão. Com isso, estas experiências serviram de base para minha futura atuação no exercício da docência em Educação Especial no ensino superior, a qual irei abordar a seguir.

## As práticas pedagógicas com visão inclusiva na universidade

Em junho de 2014, passei a trabalhar como professora substituta, na UNEB/Campus VIII/ Paulo Afonso BA, vinculada ao Departamento de Educação na graduação de Pedagogia e no Programa Plataforma Freire. Nesse período de docência no ensino superior venho realizando atividades de extensão. Da mesma forma, oriento trabalhos de conclusão de curso para os alunos do curso de Pedagogia e Letras.

Nesse exercício docente em sala de aula utilizo alguns recursos didáticos e pedagógicos de acessibilidade tanto de mim para os alunos como deles para comigo. Solicito dos alunos, por exemplo, que escrevam sempre em fonte 16 Arial, quando for impresso e quando manuscrito que seja sempre em tamanho grande e em folha sem pauta. Nas atividades escritas em sala de aula geralmente peço que façam a leitura do que foi escrito, dando já *feedback*. Do contrário, peço para monitora ou ledora de ensino que leia para mim.

Em atividades que precisam produzir *slides* solicito que sejam em fundo sempre branco com letras pretas e que e consigam ser projetadas em tamanho grande. Com relação às minhas práticas com os alunos utilizo também alguns recursos que facilitam o meu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem tais como: pedir para o aluno sentar sempre no mesmo lugar para facilitar a minha memorização fisionômica; confeccionar *slides* sempre com pouco texto e mais tópicos, sínteses esquemáticas e quadro sinópticos, marcados sempre por contrastes e cores que dão pistas de importância e de conteúdos abordado. Com relação à orientação de monografia sempre faço presencialmente e peço para própria orientanda fazer a leitura para mim e assim já dou minhas contribuições. Na disciplina semipresencial de libras também a monitora de ensino realiza a leitura. No meu exercício na modalidade de extensão utilizo as mesmas técnicas pedagógicas supracitadas no ensino e na pesquisa.

Dessa forma, as técnicas e recursos materiais pedagógicos de acessibilidade utilizados por mim enquanto professora

com baixa visão no ensino superior ajuda no meu desenvolvimento no ensino na pesquisa e na extensão, pois, ganho uma melhor dinâmica nas atividades de escrita e leitura e no processo de ensino aprendizagem. Já com relação ao uso dos recursos materiais de acessibilidade como os alunos o *feedback* que recebo geralmente é que as vezes é difícil porque implica em mudança de hábitos e em custos como por exemplo pagar a impressão ampliada, implicando em um aumento de número de páginas.

Destaco também no meu exercício a presença de profissional ledora, durante apenas 5 meses, aprovado em seleção edital nº 086/2015 cuja atribuições segundo este edital são de : Fazer a leitura de materiais em tinta para o deficiente visual e digitar materiais impressos em tinta e salvá-los em formato de editor de texto. Esse recurso de acessibilidade foi muito importante para o meu desenvolvimento na atividade que envolvia leitura de provas, trabalhos escritos de monografias e na digitalização e leitura de livros. Nestes, a ledora utilizava o celular ou gravador de áudio e encaminhava para meu e-mail ou até mesmo por *Whats App*. Dessa maneira, escutava os textos em áudio até nas viagens.

A experiência com esse profissional foi muito significativa, pois o intercalava com os recursos que já utilizo, minimizando o cansaço ocular e auditivo, já que o uso prolongado de recursos ópticos me provocam náuseas e dores de cabeças e os recursos de retorno auditivo produzem estresse. Pena que como diz o ditado popular “tudo que é bom, dura pouco”. Ou seja, nesse período de quase 3 (três) anos de exercício no departamento, 5 meses com esse serviço é muito pouco.

### **Considerações finais**

Apesar de existir um padrão na definição clínica da baixa visão, baseada da medida do campo visual e da acuidade visual, a condição de ser uma pessoa com baixa visão implica no funcionamento visual variado que os sujeitos com baixa visão possuem e só é observado na avaliação funcional ou educacional da visão, feita por um especialista na área. Em consequência, as adequações de que necessitam são específicas para cada PCBV, pois cada uma possui um desempenho visual diferente, devido às estratégias cognitivas e ao contexto social em que elas vivem. A falta desse conhecimento, trás desconfiança e estranheza muitas vezes sobre meu desempenho visual no exercício docente, mas não na descrença da qualidade da regência.

Ao analisar as minhas práticas pedagógicas e de acessibilidade, vivenciadas no ensino, na pesquisa e na extensão do ensino superior, consigo fazer uma reflexão crítica sobre a docência, compreendo, que embora existam algumas barreiras impostas a mim por causa da baixa visão, ressalto o rico intercâmbio de conhecimento ocorrido nesses anos dedicados à graduação, pois esta experiência profissional possibilita a minha construção de identidade, constituída de conhecimento e pensamento crítico sobre a educação e a docência.

Consigo atuar na docência graças ao uso de meus recursos ópticos, não ópticos, leitores de telas e *scanners*, bem como ao uso de conversores de texto em áudio, gravadores de voz no celular, monitora de ensino, de extensão e profissional ledor. Também graças ao modo ao ato criativo (Tecnologia) a partir desses recursos materiais acessíveis, ou seja, a técnica, nesse contexto experiencial. Assim, encontro a chance de equiparação de oportunidade para a execução das atividades educacionais, buscando o meu processo de inclusão educacional nesse nível de ensino.

Durante esse exercício docente, consigo vencer as barreiras impostas pela baixa visão graças ao modo ao ato criativo (Tecnologia) a partir dos recursos materiais acessíveis, ou seja, a técnica, nesse contexto experiencial. Assim, encontro a oportunidade de equiparação de oportunidade para a execução das atividades educacionais, buscando o meu processo de inclusão educacional nesse nível de ensino.

A presença e a participação de professores com deficiência no ensino superior oportunizam mudanças na formação universitária, pois possibilita o encontro com a diversidade humana representada por quem vive a condição de deficiência. Além disso, a presença de professores com deficiência visual serve de inspiração para projeção de futuro dos alunos com deficiência para a formação em nível superior e profissionalmente. Oportuniza também a efetivação de **políticas públicas que** garantam a democratização do acesso, a permanência, a terminalidade e, principalmente, a participação ativa das pessoas com deficiência na universidade.

Além disso, a presença de pessoas com deficiência no ensino superior inibe a comunidade acadêmica a pressões que

levam à segregação e à exclusão desses sujeitos, oportunizando assim, a equidade na atuação, no relacionamento e no uso de tecnologias dentro da universidade, assegurando a inclusão da PCD nesse nível de ensino.

## Referências

ABRAHÃO, M. H. M. B. (org.) **A aventura (auto) biográfica** – teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História.** Bauru, SP: Edusc, 2007.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em Educação: Trajetórias e desafios contemporâneos. In: IBIAPINA, M. I. L. de M.; CARVALHO, M. V. C. de.

**Educação, práticas sócio-educativas e formação de professores.** Teresina:EDUFPI, 2006.

BRASIL., **Desenvolvendo competências para o atendimento das necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Censo da educação superior 2013- glossário. Módulo Docente, Brasília: INEP, 2014 . Disponível em [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/questionarios\\_e\\_manuais/2013/glossario\\_modulo\\_docente\\_censup\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/questionarios_e_manuais/2013/glossario_modulo_docente_censup_2013.pdf) . Acessado em: 18 de junho de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento das necessidades especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Nº 13.146** Promulgada em 06 de julho de 2015. Brasília: 2015. Disponível na internet via [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Capturado em 15/05/2017, as 22:30.

BRASIL, Presidência de Republica. **Lei Nº 8.213** de 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm). Acesso em: 08 06 2017 as 15:00

BRUNO, M. M. G. **Avaliação educacional de alunos com baixa visão em múltipla deficiência na educação infantil.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 198 p.

CARVALHO, M.M.de; GASPARETTO, M.E.R. F.; VENTURINI, N.H.B. JOSÉ, N.K. **Visão subnormal: orientação ao professor do ensino regular.** 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, 48 p.

CORSI, M.G.F. **Baixa visão: intervenção planejada.** São Paulo: M.G.F., 2001.

GOHN Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** Ed.7ª São Paulo Cortez, 2009.

GONÇALVES, J. A. M. A carreira das professoras do ensino primário. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores.** Porto: Porto Editora, 1992.

HUBERMAN, M.. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores.** Porto: Porto Editora, 1992.

JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Batista de. **Olhares e olhares.** Coluna Caderno 3, Diário do Nordeste, de 22 de jan de 2008. In: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/coluna/batista-de-lima-1.128/mata-ria-505810-1.535188>. Acessado 19 de mai. de 2017.

LIMA JR, A. S. de. As **interpretações da Tecnologia na Contemporaneidade: por uma tecnogênese dos processos tecnológicos**. In: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/coloquiolusobrasileiro/01.pdf>. Acessado em 19.06.2017 às 16:24

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Lisboa: Porto Editora. 1995.

NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **O atendimento de crianças com baixa visão**. Programa para a prevenção de cegueira da OMS. Bangkok:OMS; 1994. p.32-9.

RESENDE, M. do R. S.. **Professor universitário: formação cultural, emancipação e autonomia**. In: RESENDE, Anita C. Azevedo; CHAVES, Juliana de Castro. *Psicologia Social: Crítica socialmente orientada*. Goiania: PUC, 2010. p. 141-164.

SAMPIERI, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill. 2006

SIAULYS, M. O. C. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular**. Brasília: MEC / SEESP, 2006.

SOLÉR, T. R. F.; PLAZZA, T. G.; EZEQUIEL, L. A. Formação requerida para o professor especializado atender o aluno com visão subnormal na escola regular. In: MASINE, E.F.S.; GASPARETTO, N.E.R.F. (Org.) *Visão subnormal: um enfoque educacional*. São Paulo: Ed. Vetor, 2007. p.55-80.

SOUZA, E. C. **O conhecimento de si - estágio e narrativas de formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&E Salvador: UNEB, 2007.

---

1 - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.